



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1605/13	DATA: 08/10/2013	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 11h15min	TÉRMINO: 13h03min	PÁGINAS: 40

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

OCTAVIO PENNA PIERANTI - Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações.
REGINA CUNHA PARREIRA - Superintendente Substituta de Outorga e Recursos à Prestação da Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL.
EDUARDO CASTRO - Diretor-Geral da Empresa Brasil de Comunicação — EBC.
MONIQUE CRUVINEL BANDEIRA STRASSBURGER - Gerente de Tecnologia da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão — ABERT.
MÁRIO SARTORELLO - Presidente da Associação das Rádios Públicas do Brasil — ARPUB.
TAÍS LADEIRA - Membro do Conselho Político da Associação Mundial de Rádios Comunitárias — AMARC no Brasil.
ANDRÉ FELIPE SEIXAS TRINDADE - Consultor Técnico da Associação Brasileira de Rádio e Televisão — ABRATEL.

SUMÁRIO

Debate sobre o relatório final da Subcomissão Especial de Rádio Digital, destinada ao estudo e à avaliação do modelo de rádio digital a ser adotado no Brasil.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Bom dia a todos.

Agradeço a todos a presença, em nome da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados.

Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião de audiência pública, fruto do Requerimento nº 262, de 2013, da nossa Exma. Sra. Deputada Luiza Erundina, com a finalidade de debater o relatório final da Subcomissão Especial de Rádio Digital, destinada a estudar e avaliar o modelo de rádio digital a ser adotado no Brasil.

Julgo dispensável a leitura dos nomes dos convidados, amplamente divulgados pela Comissão.

Justificaram ausência o Sr. Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, representado aqui pelo Sr. Octavio Penna Pieranti, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações; o Sr. João Batista Resende, Presidente da ANATEL, representado aqui pela Sra. Regina Cunha Parreira, Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação, substituta, da ANATEL; o Sr. Nelson Breve Dias, Diretor-Presidente da EBC, representado aqui pelo Sr. Eduardo Castro, Diretor-Geral da Empresa Brasil de Comunicação — EBC; o Sr. Luiz Cláudio Costa, Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão — ABRATEL, representado aqui pelo Sr. André Felipe Seixas Trindade, Engenheiro de Comunicações da ABRATEL; o Sr. Daniel Pimentel Slaviero, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão — ABERT, representado aqui pela Sra. Monique Cruvinel Bandeira Strassburger, Gerente de Tecnologia da ABERT.

A Associação Mundial de Rádios Comunitárias — AMARC no Brasil será representada pela Sra. Taís Ladeira, membro do conselho.

Em razão do número de palestrantes, que são sete, julgamos mais adequado dividir o debate em dois blocos. Cada palestrante terá o tempo máximo de até 10 minutos.

Consulto a Deputada Luiza Erundina sobre se devemos manter os 10 minutos ou diminuir devido ao número de palestrantes.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Acho que devemos manter os 10 minutos, Sr. Presidente, porque normalmente são 20 minutos. V.Exa. tem razão



quando disse que o número é muito grande, mas eu acho que 10 minutos são razoáveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Vamos manter então os 10 minutos para a exposição.

Todas as apresentações serão disponibilizadas na página desta Comissão.

Feitos os esclarecimentos, convido para compor a primeira Mesa o Sr. Octavio Penna Pieranti, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, que esteve e trabalhou comigo nesse processo; a Sra. Regina Cunha Parreira, Superintendente Substituta de Outorga e Recursos à Prestação da ANATEL; o Sr. Eduardo Castro, Diretor-Geral da Empresa Brasil de Comunicação — EBC, e a Sra. Monique Cruvinel Bandeira Strassburger, Gerente de Tecnologia da ABERT.

Antes de iniciarmos os trabalhos, comunico que estão presentes o Sr. Cassiano Rodrigues, da Tell HD, associada no Brasil, da empresa Ibiqity Digital Corporation, um modelo americano; e o Sr. Marcelo Goedert, representante do Consórcio DRM no Brasil, um modelo europeu, os quais foram convidados pela Comissão para elucidar as dúvidas dos Parlamentares e palestrantes eventualmente suscitadas durante o debate.

Aproveito para agradecer a presença dos senhores.

Concedo a palavra ao Sr. Octavio Penna Pieranti, pelo tempo de até 10 minutos.

O SR. OCTAVIO PENNA PIERANTI - Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todas e a todos. Agradeço o convite para participar desta audiência pública.

Tendo em vista o tempo exíguo de 10 minutos, vou tentar avançar rapidamente no início da apresentação, que é um histórico sobre o trabalho que tem sido realizado, para que possamos debater ou focar especificamente os resultados dos testes até aqui realizados.

(Segue-se exibição de imagens.)

O Ministério das Comunicações constituiu o Conselho Consultivo do Rádio Digital no ano passado, que é um conselho absolutamente plural, integrado por todas as entidades nacionais representativas do setor da rádio difusão existentes,



claro, até aquela data, com representantes do Congresso Nacional, do Poder Executivo e do setor industrial.

Independente da composição deste conselho, as reuniões têm sido totalmente abertas e realizadas no Ministério das Comunicações. Então, diversas entidades que não compõem oficialmente o conselho têm participado desses debates, acompanhado e se manifestado ao longo das sessões realizadas.

Os testes de rádio digital foram conduzidos desde 2010. Em 2011, o Ministério das Comunicações publicou um edital convocando os sistemas interessados na realização de uma nova bateria de testes. Dois sistemas se candidatam — DRM e HD Radio —, os quais foram testados ao longo dos meses seguintes.

O Ministério, na coordenação destes testes, foi acompanhado por outras entidades públicas — ANATEL, INMETRO, EBC —, e foram realizadas 11 baterias de testes em 7 emissoras.

Quase sempre, os testes foram realizados *simulcast*, ou seja, transmissão simultânea do sinal analógico e do sinal digital, que é o que foi colocado desde o início como possibilidade de adoção da rádio digital. Ou seja, o Ministério das Comunicações não tem falado em desligar o sinal analógico. Essa não é uma perspectiva no curto nem no médio prazo. Pelo contrário, estamos preservando o sinal analógico. E a ideia é conseguir avançar rumo a um sistema digital que trabalhe concomitantemente com o sistema analógico.

Foram realizadas, como eu disse, 11 baterias de testes, das quais listo quatro, que são os testes realizados em uma mesma emissora, tanto com um sistema quanto com o outro.

Notem — e esse é um problema dessas baterias — que alguns desses testes variam, distam muito no tempo. Alguns foram realizados em 2010 com um sistema e, em 2012, com outro sistema, o que dificulta a comparação. Vou falar sobre isso um pouco mais à frente.

Os testes foram sistematizados pelo INMETRO, e consolidam as medições de campo, porque são relatórios técnicos, os quais foram disponibilizadas no *site* do Ministério das Comunicações para *download* para todo e qualquer interessado.



O Ministério tem-se esforçado para conduzir esse processo da forma mais transparente e aberta possível. Qualquer pessoa participa das reuniões do Conselho Consultivo; qualquer pessoa tem acesso aos relatórios dos testes realizados e qualquer pessoa pode nos acompanhar nas diversas audiências públicas realizadas em três Estados da Federação, além do Distrito Federal.

Vamos passar para um comparativo entre o sinal analógico e o sinal digital em alguns dos testes realizados.

Temos aí um primeiro teste, realizado numa emissora de rádio comunitário no Entorno do Distrito Federal.

Considerem, para efeito de análise, que essa área pintada no centro das figuras é aquela aonde o sinal da emissora chegou com uma qualidade de áudio adequada, ou seja, onde houve cobertura para o usuário comum.

Notem que, no caso da emissora comunitária, o sinal analógico chegou a pouco mais de 2 quilômetros, rompeu a barreira de 2 quilômetros, já com o nível de intensidade do áudio caindo, mas ainda considerado adequado, razoável.

Na sequência, temos esse mesmo teste realizado com a recepção DRM. Notem que o sinal passa muito pouco de 2 quilômetros, ou seja, a área de cobertura caiu em relação ao sinal analógico.

Notem também que a potência do transmissor utilizada foi mais baixa. Por quê? Normalmente — e isso a gente está tentando desmistificar — falava-se que, com uma potência de 10% no sinal digital, seria possível atingir a mesma área de cobertura do sinal analógico. Começamos a verificar que isso não é verdade para todos os casos.

Aí temos o resultado do teste do sistema HD Radio.

Para nós, houve um problema de configuração desse sistema neste teste específico. O transmissor foi enviado pela própria equipe responsável da HD Radio. O transmissor tinha uma potência de 0,25 watts e a cobertura ficou muito aquém do sinal analógico e do sinal esperado.

Fizemos, para efeito de estudo, uma estrapolação do que seria aquele teste da HD Radio com uma potência de 2,5 watts. Notem que também ultrapassa um pouco o sinal, ultrapassaria um pouco o raio de 2 quilômetros, mas, mesmo assim, é uma cobertura inferior à cobertura do sinal analógico.



Passamos então para uma emissora comercial, a *Rádio Itatiaia FM*, que foi testada em dois momentos: em 2010 e em 2012.

No primeiro momento, tinha uma potência de quase 20 quilowatts. Essa é a área de cobertura da *Rádio Itatiaia* naquele momento em 2010. O círculo maior equivale a 54 quilômetros de distância do transmissor. Notem que o sinal da emissora ultrapassa, com folga, os 54 quilômetros, pelo menos ao norte, ao sul e ao oeste.

Na sequência, temos o comportamento do sistema DRM com uma potência de 500 watts nessa mesma época, 2010. A primeira figura revela a situação com um equipamento de recepção profissional.

Esse equipamento de recepção profissional é aquele utilizado pelas equipes de testes e não aquele equipamento detido pela grande maioria da população brasileira. A recepção com um equipamento profissional, obviamente, é muito melhor que a recepção com equipamento, digamos, normal.

Mesmo com esse equipamento profissional, notem que houve uma redução considerável da área de cobertura. Dificilmente o sinal ultrapassava esse raio de 54 quilômetros.

Temos agora a situação da recepção com equipamento comercial, ou seja, com equipamento que a maioria de nós, ou que todos nós, temos em casa e nos automóveis. Notem que a área de cobertura ficou bem inferior no sistema da DRM em comparação à área de cobertura do analógico.

Essas figuras já foram apresentadas inclusive em reuniões do próprio Conselho Consultivo do Rádio Digital e nas outras audiências públicas realizadas.

Voltamos à *Rádio Itatiaia*, em 2012, para novos testes com o sistema HD Radio. No meio do caminho, essa emissora já tinha solicitado um aumento de potência e recebeu autorização do Ministério das Comunicações. Ela operava, nessa época, com uma potência de 31,5 quilowatts. Notem que sua área de cobertura ultrapassa largamente os 54 quilômetros, utilizando o sinal analógico.

Na sequência, temos a cobertura dessa mesma emissora fazendo uso do sistema digital HD Radio com uma potência de transmissor de 350 watts. Notem que a área de cobertura fica inferior aos 54 quilômetros — isso utilizando equipamento



de recepção profissional, que grande parte de nós, ou todos nós, não temos em nossas residências ou em nossos automóveis.

A situação com equipamento de recepção comercial: a cobertura cai consideravelmente, mal chega ao limite de 40 quilômetros.

Algumas considerações sobre essas baterias de testes realizadas.

A situação no AM é um pouco melhor, quase chega à cobertura do sinal analógico. Nossas maiores preocupações neste momento são com a FM, considerando rádios como educativas e emissoras comerciais.

Na imensa maioria dos testes que fizeram uso dessa transmissão simultânea analógica e digital, a cobertura do sinal digital foi consideravelmente inferior à cobertura do sinal analógico. Isso significa menos ouvintes; exclusão em vez de inclusão.

Nas reuniões do Conselho Consultivo do Rádio Digital, houve um consenso entre todos os presentes de que seria fundamental garantir pelo menos a mesma cobertura no analógico e no digital. Esse foi o entendimento de todas as entidades representativas do setor de radiodifusão presentes na reunião do Conselho naquele momento.

Ainda sobre os testes, houve diferença nas características técnicas entres os equipamentos enviados pelos fabricantes e nos parâmetros de transmissão. Além disso, alguns deles distam muito tempo, o que dificulta a comparação de sistema *versus* sistema. Mas temos total tranquilidade em fazer a comparação entre sinal analógico e sinal digital, o que por si só já revela uma preocupação aqui demonstrada.

É possível a comparação, como eu disse, entre os sinais analógico e digital de um mesmo teste. Tendo em vista essa situação, acreditamos que ambos os sistemas funcionam. Isto não está em discussão. Esses sistemas foram aprovados e são reconhecidos pela União Internacional de Telecomunicações — UIT; eles funcionam. Agora, o comportamento desses sistemas, com as condições técnicas disponíveis na realidade brasileira, ficou muito aquém do esperado. Mas temos expectativas de que eles podem se comportar de uma melhor forma. Por isso, foi aprovada a realização de novos testes, seguindo uma metodologia rigorosa, válida para ambos os sistemas no mesmo espaço de tempo.



Para fechar minhas considerações sobre essa primeira bateria de testes, a escolha de um sistema, seja ele qual for — A, B, C ou D —, tem que estar vinculada a uma série de outras decisões e discussões relativas à política industrial, à função social do meio rádio, a custos para implantação, à inovação tecnológica.

O Ministério das Comunicações entende que ainda estamos um passo aquém nessa discussão. Por quê? Porque todos esses aspectos, todas essas outras decisões demandam ou dependem do comportamento dos sistemas. Até aqui, o comportamento dos sistemas, quando comparados com o sinal analógico, deixou a desejar. Isso justifica por si só e nos impede de sugerir adoção do sistema A ou do sistema B, tendo em vista, neste momento, os resultados técnicos que temos diante da realidade brasileira, uma realidade que tem as suas limitações em função do espectro congestionado em muitas cidades. Enfim, pelo que temos hoje, não podemos sugerir um sistema em detrimento do outro tendo em vista que ambos se comportaram, na maioria dos testes, de forma pior que o sistema analógico existente.

Foram planejados novos testes e falo um pouco sobre cada um deles.

No novo teste de ondas médias, estabelecemos como premissas da emissora a ser testada um transmissor em estado sólido e largura de banda da antena adequada.

Por que transmissor em estado sólido? Estamos tentando realizar, tentando estabelecer premissas que tornem a realização desses testes mais barata, principalmente para os próprios sistemas. Ou seja, não será necessário que os sistemas tragam de novo todos os equipamentos que foram trazidos nas outras baterias já realizadas.

Uma emissora já foi pré-selecionada para a realização desse teste, a *Rádio Nacional* de Brasília.

No caso da FM, algumas premissas a serem testadas: queremos um Município com um espectro congestionado, preferencialmente São Paulo; queremos ver exatamente qual é o potencial de cada um dos sistemas de rádio digital numa realidade complexa de ocupação do espectro, como a da cidade de São Paulo.



Demandamos um transmissor em estado sólido, já existente na emissora, e a utilização da mesma antena do sinal analógico, ou seja, com um compartilhamento de antena analógico e digital.

Já checamos a viabilidade de mais de dez emissoras. Por enquanto, foram descartadas em função de não reunirem uma ou todas essas premissas.

No caso de radiodifusão comunitária, entre as premissas da emissora a serem testadas, foi solicitado em uma audiência pública no Estado de Santa Catarina que o teste seja realizado num Município com uma geografia mais acidentada que a do Distrito Federal. Também estamos buscando uma emissora que esteja localizada a cerca de 4 quilômetros de outra RadCom, para testarmos situações de interferência.

Foi checada a viabilidade de mais de cem emissoras em Santa Catarina, São Paulo e Rio. Todas elas foram descartadas por não reunirem pelo menos algumas dessas premissas. Já estamos testando outras e aguardando sugestões do movimento do RadCom para potenciais outras emissoras que tenham o interesse em sediar esses testes.

Além disso, o Ministério das Comunicações vai realizar o que a gente chama de “teste de laboratório”, que seriam simulados de laboratório, para fazer determinadas checagens relativas à interferência.

Fechando a apresentação do Ministério, acreditamos que novos testes são fundamentais para que tenhamos segurança, para que possamos dar segurança para todas as emissoras de radiodifusão, de todos os serviços, de que é factível a caminhada rumo ao padrão digital de rádio.

Segundo, em alguns casos, ainda não foram encontradas emissoras aptas à realização de um novo teste. Continuamos buscando emissoras e continuamos contando com as sugestões das entidades que participam do Conselho, bem como de outras entidades que porventura queiram apresentar alguma proposta para a realização desses testes.

Por fim, um aspecto que me deixa bastante pensativo — isso apareceu com mais frequência na audiência pública de Campinas: ficou muito claro que grande parte dos presentes ainda não sabia quais são os benefícios do rádio digital. Credito isto a uma falha de comunicação dos sistemas, a uma falha de comunicação de



todos nós, que temos feito esse debate ao longo do tempo. Vários representantes dos mais diferentes setores colocaram claramente que não estavam vendo motivo para a digitalização do rádio no Brasil. Isso preocupa, tendo em vista não só a nossa falha de comunicação, não só a nossa incapacidade de comunicar quais os benefícios, como também a certeza de que é fundamental que todas as emissoras de todos os serviços se somem a esse esforço.

Vale lembrar que, no caso do rádio no Brasil, ao contrário da situação da televisão, em 2006, metade das emissoras pertencem ao sistema público. Ou seja, metade das emissoras não tem a mesma quantidade de recursos que grande parte das emissoras de televisão tinha naquele momento, em 2006. Isso torna a transição, ou melhor, isso torna o avanço rumo a um padrão de rádio digital ainda mais complexo. Se essas emissoras já têm tantas incertezas sobre a necessidade de migrar rumo a um sistema digital, isso só complica ainda mais o debate, complica ainda mais o processo.

Sr. Presidente, coloco-me à disposição para eventuais perguntas.

Mais uma vez, agradeço o convite para participar desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado.

Com a palavra a Sra. Regina Cunha Parreira, que disporá de até 10 minutos.

A SRA. REGINA CUNHA PARREIRA - Sr. Presidente, agradeço o convite em nome do Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações.

Não trouxe apresentação porque, na verdade, a nossa participação tem sido no sentido de prover subsídios técnicos à Comissão, aos trabalhos que estão sendo feitos, aos testes realizados, especialmente quanto às características desses sistemas frente à utilização dos espectros.

Esses relatórios já foram submetidos à Comissão, fazem parte dos relatórios, e temos participado dos testes. Na verdade, assim que houver alguma decisão, tivermos que trabalhar na revisão dos planos, traremos uma nova etapa. Neste momento, o nosso trabalho tem sido prestar todo o apoio, participar dos testes e subsidiar com as demandas que forem solicitadas à agência.

Estou à disposição para eventuais questionamentos e o auxílio que eu possa oferecer.

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Concedo a palavra ao Sr. Eduardo Castro pelo tempo de até 10 minutos.

O SR. EDUARDO CASTRO - Sr. Presidente, muito obrigado pelo convite; Deputada Luiza Erundina, agradeço pela oportunidade; demais Deputados, demais presentes, agradeço em nome do Presidente da EBC, Diretor-Presidente Nelson Breve.

Hoje, a EBC tem um parque de emissoras de rádio que trabalha nas três frequências disponíveis: AM, FM e ondas curtas. Temos a *Rádio MEC AM*, no Rio de Janeiro e em Brasília; a *Rádio Nacional AM*, no Rio de Janeiro, em Brasília, e no Alto Solimões — a rádio fica instalada em Tabatinga, na fronteira do Brasil com o Peru; também operamos a *Rádio Nacional da Amazônia* em ondas curtas desde 1977; operamos a *Rádio MEC FM*, no Rio de Janeiro; a *Rádio Nacional FM*, em Brasília e também no Alto Solimões, na mesma cidade de Tabatinga, além de emissoras parceiras na nascente Rede Nacional de Rádios Públicas, uma iniciativa da EBC nos últimos anos, que também congrega emissoras que trabalham nas três frequências.

(Segue-se exibição de imagens.)

Passo à apresentação, em que colocamos o posicionamento da EBC, que já vem sendo explicitado no Conselho Consultivo do Rádio Digital, coordenado pelo Ministério das Comunicações.

No nosso entender, é necessário que haja o debate no sentido de digitalizar o rádio no Brasil; uma digitalização que, por causa da nossa ação e da nossa missão, deve, no nosso entendimento, contemplar as três frequências.

Claro que há componentes técnicos nisso, que também levamos em consideração, mas aqui falamos da premissa de que, aonde chega a rádio hoje, deve continuar chegando a partir do momento da digitalização.

Essa decisão deve ser baseada no padrão que melhor atender ao modelo de serviço do rádio brasileiro como um todo: comunicação comercial, comunicação pública, comunicação comunitária. Enfim, todos que estão no setor hoje devem ser contemplados na digitalização, e o padrão que atender melhor essa situação, na opinião da EBC, deve ser utilizado.



O rádio para nós é um meio estratégico para o País, não só para a EBC, especialmente por causa das dimensões territoriais e do perfil socioeconômico da nossa população.

É muito claro para nós que o setor precisa ser revitalizado. Nós operamos em AM e ondas médias. Para nós, isso é muito claro que deve acontecer com o setor como um todo, porque o rádio ainda, e para muitas pessoas, é a garantia do direito à informação que elas têm. É informação de qualidade, divertimento, lazer, prestação de serviços. No Brasil gigante em que nós vivemos, o rádio ainda é um meio de comunicação fundamental, que deve ser revitalizado por causa da sua ação social.

Com relação a digitalizar todas as frequências, como eu disse, nós trabalhamos no sentido de fazer com que todos vejam a necessidade da digitalização das três frequências, porque o AM apenas não vai contemplar a necessidade, principalmente, das zonas rurais e também do interior como um todo.

Nós acreditamos que a Onda Curta e a Onda Média cheguem a uma distância muito maior, com uma possibilidade de economicidade maior, como acontece hoje no AM e na Onda Curta. Com os problemas de sinal e de interferência que todos nós identificamos, acreditamos que isso também deva ser levado em consideração na hora de adotar um modelo para a digitalização. O AM e a Onda Curta são as que seriam mais impactadas, por causa da melhoria do sinal. O salto de qualidade de áudio no AM e na Onda Curta é maior e mais sensível do que acontece no FM, pelo menos naquele quadro que temos hoje, tecnologicamente falando.

Como o Octávio disse, a EBC se colocou à disposição aqui para os testes não só de ondas médias, como também de ondas curtas; Foi uma solicitação que nós fizemos ao Conselho Consultivo do Rádio Digital para que houvesse também os testes em ondas curtas, e nós nos colocamos à disposição para ajudar nesses testes.

Para nós, o que vai determinar a escolha do modelo é o atendimento a essas premissas, no entendimento da EBC. Sem dúvida, a digitalização deve atender ao modelo de negócio das empresas comerciais, porque a revitalização do setor é necessária como um todo, mas também ao modelo de serviço das emissoras não comerciais, das emissoras públicas e também das comunitárias. Aqui, a recepção é



o que vai determinar. Tem que chegar para todo mundo o que chega hoje, mas com uma qualidade melhor, o que o rádio digital é capaz de possibilitar.

Há também a discussão — eu vou abordar isso mais para frente — sobre quantas frequências a gente poderia ter à disposição no rádio digital.

Outra premissa que a consideramos importante seria a plena participação da indústria nacional, das universidades e dos centros de pesquisa, nessa discussão, como aconteceu também na definição do padrão da televisão digital.

Nós nos preocupamos, então, no momento da definição do padrão, com o impacto da digitalização nessas populações que hoje são atendidas fundamentalmente pela rádio por Onda Curtas e Ondas Médias. São aquelas que ficam mais afastadas dos centros irradiadores, no caso aqui, de sinais.

Também temos preocupação, como todo o setor, com os custos, principalmente para o radiodifusor público. Como disse o Octávio, no caso do rádio, é muito referencial e significativa a quantidade de emissoras envolvidas no processo.

Também temos aqui alguma preocupação com a política industrial, que deve ser focada na fabricação de receptores de baixo custo. Nós pretendemos chegar aonde chegamos, e chegamos às pessoas de baixa renda com os rádios atualmente. Não devemos deixar essa população desassistida de maneira nenhuma.

Temos ainda uma indagação sobre a multiprogramação. As emissoras públicas têm essa possibilidade na televisão, e nós gostaríamos que esse debate também acontecesse com relação ao rádio.

Acreditamos que essas discussões, Deputado, que estão acontecendo no Conselho Consultivo do Rádio Digital poderiam auxiliar muito na definição que a Câmara dos Deputados vai tomar em torno desse tema.

Nós somos os herdeiros diretos da *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*, a primeira emissora criada no Brasil, criada por Roquette Pinto, e eu fecho a minha apresentação com o que ele diz a respeito do rádio e continua atual hoje — comemoramos, no dia 7 de setembro, os 90 anos da *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*, hoje *Rádio MEC*. Deixamos aqui a frase do Roquette Pinto que ainda fala tanto a respeito do rádio:



“O rádio é o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não pode ir à escola; é o divertimento gratuito do pobre; é o animador das novas esperanças; o consolador do enfermo; o guia dos sãos; desde que realizem com espírito altruísta e elevado”.

Para nós, o rádio é isso, e ele deve continuar assim no ambiente digital também.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado, Eduardo, pelas palavras da EBC.

Passo a palavra à Sra. Monique Cruvinel Strassburger, que fará a sua apresentação em até 10 minutos.

A SRA. MONIQUE CRUVINEL BANDEIRA STRASSBURGER - Bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer o convite para falar aqui sobre um tema tão importante: o rádio digital.

Eu vou mostrar para vocês a posição da ABERT perante as discussões sobre o Sistema Brasileiro de Rádio Digital. Vocês vão perceber que eu vou me fixar bastante nesse conceito do Sistema Brasileiro de Rádio Digital. A nossa apresentação também vai estar no nosso *site* para quem quiser acessar.

(Segue-se exibição de imagens.)

Estes três eslaides são para os que estão ouvindo falar sobre rádio digital pela primeira vez.

Os benefícios do rádio digital podem ser considerados entre três características, que não se resumem a estas, mas são as características principais: benefício de qualidade de áudio; um benefício de multiplicidade de programação — com o sistema qual, com o mesmo canal, você consegue fazer mais de uma programação — e uma multiplicidade de dados, com a qual você pode enviar dados, oferecer novos tipos de serviços para o cidadão e para outras emissoras também. Aqui a gente faz um destaque ao sistema de alerta de emergência, que também é bem importante para a população.



Aqui eu quero destacar uma questão. Eu reduzi as telecomunicações, e a Regina, aqui ao meu lado, já vai dizer que telecomunicações não é só isso, mas, do ponto de vista da nossa discussão, estamos falando de um ambiente em que existem diversos setores: radiodifusão, setor de banda larga, satélite. Cada um desses setores traz alguma coisa diferente. Eles são interconectados. Diferentemente do que a gente vê nas brigas entre os setores, do ponto de vista técnico, um sistema otimizado necessita dos diversos setores, tanto da radiodifusão, quanto da banda larga e do satélite.

Eu acredito e a ABERT acredita que nós estamos aqui para criar um sistema em que a gente possa se beneficiar dos diversos setores. Eu explico isso porque o rádio digital surgiu com um diferencial muito grande. Muitas coisas que foram propostas pelo rádio digital — a questão de dados, por exemplo —, hoje, em parte, são supridas pela banda larga, pela Internet, mas isso não é suficiente, porque a eficiência que o rádio digital traz para a população e para o sistema, de uma forma técnica, a gente não consegue com a banda larga. O pessoal que é da área técnica entende isso bem. É só para que vocês saibam que é necessária a existência dos diversos setores.

Nós estamos falando de um sistema brasileiro de rádio digital. O que é um sistema? Na ABERT, nós acreditamos que um sistema não se resume à definição de um padrão de tecnologia. Um sistema de rádio digital inclui diversos outros fatores. Analisando o relatório, é isso que eu vim trazer para vocês.

Definir um padrão tecnológico não é suficiente. O Brasil está disposto a empreender? Nós acreditamos que sim. O Brasil é feito de brasileiros, que não desistem nunca; os brasileiros querem empreender.

Agora, o que o Governo quer? E aqui eu falo em Governo no sentido amplo. Fazendo uma analogia ao futebol — não sei por que fiz essa analogia, pois não assisto futebol —, o Governo está disposto a assistir de casa isso acontecer? O Governo está disposto a ir ao estádio, mas ficar na torcida: *“Vai lá, rádio digital, você consegue!”*? O Governo está disposto a participar, mas ficar sentado no banco: *“Se precisarem de alguma coisa, vocês me chamam. Eu estou ali no banco.”*? Ou o Governo está disposto a entrar em campo?



A posição da ABERT é que Governo precisa entrar em campo e participar dessa discussão; o Governo, a academia, os radiodifusores, a indústria.

O Brasil está disposto a transformar esse rádio digital brasileiro em um caso de sucesso? Nós estamos dispostos? Essa é a pergunta, porque a gente pode ficar aqui discutindo mais 10 anos. Essa discussão começou há 10 anos. Estamos dispostos a ficar discutindo mais 10 anos?

Eu não vou ficar só falando. Eu sou engenheira e trago gráficos e fluxogramas. Vamos falar, então, de viabilização. Vamos falar do que nós podemos fazer para que isso seja viável. Afinal de contas, acredito que todos estão aqui nesta sala porque querem viabilizar o rádio digital, seja a ANATEL, o Ministério, as públicas, as comunitárias, as comerciais, as educativas, os governantes; todos estão aqui porque querem viabilizar o rádio digital, porque veem um benefício.

Existe um benefício. As pessoas podem não ver esse benefício, e a nossa comunicação pode ser falha em relação a isso, não apenas da radiodifusão, mas também dos entes governamentais e de todos aqui presentes. Existe um benefício. Agora, esse benefício é viável? Como podemos fazer essa viabilização?

Se nós olharmos a portaria do Ministério que introduz o sistema brasileiro — não é um padrão tecnológico, é um sistema brasileiro —, nós temos diversos pontos a serem tratados. Temos alguns pontos que estão em caráter avançado, como, por exemplo, a transferência tecnológica, que foi discutida com ambos os padrões; a utilização eficiente do espectro — vamos usar uma banda lateral? duas bandas laterais? quanto vamos usar?; permitir o *simulcasting*; vários modos de configuração; transmissão de dados auxiliares; baixa potência com custos reduzidos, arquitetura para evolução. Todos esses pontos estão listados aqui na portaria e estão em caráter avançado.

Aqui a gente tem que parar um pouco, olhar e falar: exceto, talvez, os custos reduzidos na baixa potência, o que também tem a ver com padrões, mas que foi muito com relação à indústria, foram todas coisas feitas pelos próprios padrões.

Eu brinquei antes com o Marcelo, que está aqui presente, que eu ia falar que o pessoal dos padrões está trabalhando. O DRM e o HD estão trabalhando, estão apresentando. O Governo pediu, e eles fizeram. São essas discussões que estão avançadas.



É aqui que a ABERT difere um pouco do Ministério no ponto de vista de que a gente precisa terminar a questão técnica. Eu acho isso muito importante. Eu sou engenheira e gerente de tecnologia da ABERT, e a questão da cobertura é essencial para o radiodifusor. Nós não vamos conseguir avançar se não resolvermos a questão da cobertura. Entretanto, se ficarmos parados nesse tipo de discussão, nós não vamos conseguir avançar, porque existem coisas que, no nosso ponto de vista, estão atrasadas.

Nós precisamos falar de democratização, que são pontos que estão aqui na portaria; inclusão social, desenvolvimento e expansão do setor. Aqui diz que o sistema brasileiro é para expandir o setor. Se for para matar o setor, não faz sentido, não vai ser o sistema brasileiro. Nós precisamos falar de novos modelos de serviços de um sistema brasileiro, que é de brasileiros para brasileiros. A radiodifusão é uma indústria de brasileiros. Estamos colocando tantos empecilhos, mas são os brasileiros que estão fazendo para os brasileiros. Vamos sentar. A gente fala a mesma língua. Talvez alguém possa achar que não é português, mas é português. Vamos sentar e tentar convergir.

Radiodifusores, academia, isso é muito importante; indústria e população; incentivar a indústria brasileira. Essa discussão está muito atrasada. Na questão da indústria, nós temos que falar de transmissão, temos que falar sobre recepção e temos que falar sobre a indústria de serviços: aplicativos, dados. Como a gente vai fazer isso?

A participação da academia precisa aumentar. Nós sabemos que existe a participação — no Conselho a gente vê isso —, mas ela precisa aumentar, precisa haver mais participação, precisa haver incentivo para que a academia participe.

Então, vamos falar de todos os passos e do que precisa ser feito para cada um deles.

Em relação à transmissão — o rádio que vocês vão ver tem quatro partes; eu o dividi em quatro partes —, primeiro, nós precisamos falar sobre a digitalização da transmissão, que é a parte que envolve radiofrequência, envolve transmissores, envolve antenas, tudo isso. Nós estamos falando de uma definição de padrão com as suas características técnicas específicas; estamos falando dos parâmetros.



Aqui eu coloquei o exemplo: temos que falar com a ANATEL sobre o plano brasileiro de canais de FM — eu coloquei o de FM, mas há o de AM, ondas curtas, Tropicais. Nós temos que discutir como vai ser feita essa revisão do plano.

Temos que falar sobre as características jurídicas. Já começamos a discussão de *royalties*. Temos que sentar e ver se precisa haver algum ajuste, se há alguma aresta que precisa ser aparada.

Temos que falar do ponto de vista regulatório da transmissão. Eu falei com o Otávio mais cedo que eu ia puxar um pouco, mas é porque a gente precisa higienizar o setor. Os radiodifusores têm que aprender a cumprir a lei de forma correta, e o Ministério e a ANATEL precisam trabalhar nos seus processos da maneira mais célere possível para que nós tenhamos um ambiente saudável. Eu vejo aqui que todos são culpados, todos falam sobre coisas ruins e coisas boas, de ambos os lados. Para digitalizar, nós precisamos higienizar o setor.

Nós temos que falar sobre linhas de crédito. Essa questão da viabilização passa por comprar equipamentos novos. Aqui na transmissão, talvez seja uma das partes mais caras. Então, é preciso falar sobre linhas de crédito. Como nós vamos fazer isso ser viável? É preciso ser viável do ponto de vista econômico para iniciar e, depois, receber de volta esse dinheiro em novos serviços, em novas modalidades de negócios.

Nós temos também a digitalização do conteúdo de áudio. Nós precisamos fazer a capacitação do setor. Você passa de um programa para dois ou três programas. Será que o radiodifusor está entendendo que isso passa por aumentar a equipe, capacitar pessoas, ter mais cursos? O Ministério, junto com o MEC, já está começando a fazer um trabalho ótimo para oferecer cursos de operadores de áudio. É necessário capacitar o setor. Para digitalizar o rádio, nós vamos precisar de muito mais capacitação, não apenas do ponto de vista técnico da transmissão, mas do conteúdo. É preciso capacitação, é preciso linha de crédito para o conteúdo, para podermos fazer essa capacitação, para podermos fazer a modificação dos estúdios, para podermos colocar mesas digitais boas. Tudo isso é muito importante.

Nós temos que falar sobre os novos serviços. Para viabilizar os novos serviços, nós temos que falar novamente em capacitação, nós temos que falar sobre melhores definições de modelos. Os padrões conversaram comigo e me disseram



que têm propostas a mostrar. Acho que isso é muito importante para continuarmos essa discussão.

Temos que falar de um ambiente de convergência, e eu usei o nome “*market place*”. Todos conhecem a Apple Store, a Google Play, a Windows Market, esse ambiente de convergência em que diversos desenvolvedores podem criar aplicativos para soluções de banda larga. Por que não para o rádio? Aí a gente olha para os dois sentidos: aplicações para o público e aplicações para o radiodifusor. Trata-se de empresas terceirizadas que podem desenvolver serviços para o radiodifusor. Nós temos que ampliar essa discussão, falar com a academia, ver se esse ambiente de convergência é possível dentro dos padrões, colocar isso em discussão e criar essa mobilização de novos mercados.

Por fim, o ponto principal, que eu deixei por último, é a questão da recepção. Não haverá digitalização do rádio se nós não abraçarmos a recepção, se a recepção não for a primeira coisa que vem à cabeça quando se fala em rádio digital. Tem que ser a primeira coisa, porque é o ouvinte, é o cidadão. Como você vai fazer chegar o rádio digital ao cidadão? Aqui eu uso duas palavras: convergência e integração. Todos nós sabemos que, quando vamos comprar um rádio, alguém diz: “*Minha senhora, um rádio?*” O máximo que você vai encontrar é um rádio relógio ou um rádio de carro. Se eu quiser fazer um painel no meu quarto, eu coloco um rádio de carro no painel em casa. Nós não compramos rádio; compramos um equipamento de recepção que tem rádio.

Então, nós temos que falar sobre essa integração. Se a gente vai falar sobre um dispositivo, que é o próprio rádio digital, temos que falar de convergência; temos que falar que vai ser um receptor de rádio que tenha *wi-fi*, temos que convergir. Por isso, no início, eu mostrei aquele triângulo. Nós temos que falar de um ambiente de convergência.

Nós falamos sobre o Plano Nacional de Banda Larga e esquecemos a radiodifusão, que está aqui para trazer eficiência técnica para o setor e trazer novas aplicações que podem ser utilizadas do ponto de vista de banda larga — do ponto de vista de informação, de inclusão social, de inclusão digital das pessoas, não do ponto de vista tecnológico.



É preciso falar de definição de metas de política industrial. O radiodifusor precisa saber que vai ter alguém para receber. Nós não estamos falando apenas de equipamentos de baixo custo. Mas vai haver um compromisso do Governo de realmente integrar o rádio digital nesses equipamentos? Vai haver um compromisso de conversar com a indústria de receptores e dizer: *“Vamos integrar o rádio digital, porque é importante para a integração do País, para aquelas populações ribeirinhas na Amazônia, para aquelas populações distantes que querem receber a EBC”*? Para que elas possam receber um equipamento que tenha rádio digital, precisa existir uma política industrial positiva, do ponto de vista de incentivar que a indústria coloque o rádio digital nesses equipamentos. Isso foi discutido de forma muito superficial.

A ABERT está muito preocupada com a recepção. Nós vamos definir um padrão sem discutir a recepção, sem fazer com que as pessoas realmente recebam? As pessoas que vão receber são aquelas que vão conseguir comprar um equipamento de 50 a 60 reais?

Integração nos celulares. Nós conseguimos fazer a desoneração dos *tablets*, mas não conseguimos colocar rádio digital dentro dos *smartphones*, dos celulares.

Se é um produto de brasileiros para brasileiros que é importante para a comunicação, para a integração do País, para levar o português a todos os cantos do Brasil em regiões de fronteiras, regiões isoladas, temos que falar sobre campanhas publicitárias, porque, afinal de contas, a nossa comunicação está falha. As pessoas não conhecem rádio digital, não sabem os benefícios, os radiodifusores não sabem. É preciso fazer campanhas internas dentro do próprio setor de radiodifusão, e aqui ABERT se coloca comprometida a fazer mais coisas para informar o radiodifusor desses benefícios.

É preciso chamar a indústria de receptores para a mesa; é preciso que o Governo defina qual o seu papel nesse jogo e é preciso checar aquela lista de itens atrasados e ver o que podemos fazer para adiantar o máximo possível e colocar o rádio digital para funcionar no menor tempo possível.

Fico à disposição para dúvidas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Obrigado, Monique.



Deputada Luiza Erundina, autora do requerimento; Deputado Manoel Junior, nosso Presidente da Subcomissão que se faz presente, Deputado Marçal Filho e demais Deputados, a quem quero agradecer a presença, pergunto a V.Exas. se abrimos agora uma primeira rodada para que V.Exas. possam dialogar com os convidados da Mesa, para então chamarmos a segunda Mesa. Segundo a nossa Assessoria, seria importante a participação, agora, de V.Exas.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Entendo que ouvir também a outra Mesa traz elementos que eventualmente possam até responder a eventuais dúvidas que levantemos aqui. Talvez seja mais adequado ouvir a outra Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - É que, para V.Exas. fazerem questionamentos, eles teriam que voltar à mesa.

Presidente, o que V.Exa. acha?

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Deputado Sandro, na verdade, eu passei logo cedo aqui, não havia começado, mas acredito que devíamos ouvir o maior número de pessoas possível para que possamos complementar um trabalho exaustivo que já fizemos, principalmente V.Exa., que fez um trabalho extraordinário de auscultação, de pensar o sistema brasileiro. Efetivamente, nós temos que parabenizar V.Exa. pelo que o senhor caminhou ao lado de outros companheiros desta Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Daremos encaminhamento, Deputado Marçal? *(Pausa.)*

Vamos ouvir. Há mais três.

Agradeço ao Sr. Octavio, à Sra. Regina, ao Sr. Eduardo e à Sra. Monique. Peço que os senhores continuem em plenário, pois temos mais três companheiros para ouvirmos nesta audiência pública e, portanto, deixaremos a palavra, após ouvirmos os convidados, aos nossos Deputados, convidados, inclusive aos modelos que se encontram presentes.

Concluída essa primeira parte do debate, desfazemos a Mesa e convidamos de imediato o Sr. Mário Sartorello, Presidente da Associação das Rádios Públicas do Brasil, a Sra. Taís Ladeira, da AMARC Brasil, e o Sr. André Felipe Seixas, da ABRATEL. Muito obrigado aos senhores pela presença.



Passo a palavra ao Sr. Mário Sartorello para sua exposição pelo tempo de até 10 minutos. Tem V.Sa. a palavra.

O SR. MÁRIO SARTORELLO - Primeiramente, bom dia a todas e a todos.

Quero agradecer a V.Exas. o convite. A Associação das Rádios Públicas do Brasil — ARPUB tem participado dessa discussão desde o início, antes mesmo da constituição do Conselho Consultivo do Rádio Digital. Sempre pontuamos a nossa preocupação, que já foi apontada aqui por alguns integrantes da Mesa anterior, que qualquer processo novo, qualquer nova tecnologia, não pode se basear apenas num modelo de negócio, mas assim como um modelo de serviços, já que as emissoras do campo público têm a missão de oferecer serviços de radiodifusão.

Uma coisa que acho que tem sido muito positiva nos últimos tempos é que, cada vez mais, os diversos setores de radiodifusores têm se encontrado e discutido suas convergências e divergências. Acho que esse processo, possivelmente, pode atrasar um pouco as definições, mas, de qualquer forma, é uma maneira de se discutir um assunto tão importante com todos os atores envolvidos.

Diante disso, Deputado Sandro Alex, acho muito importante a Subcomissão de Rádio Digital produzir um relatório. No entanto, a ARPUB se sentiu extremamente incomodada, digamos assim, ao ver que boas e importantes discussões que se deram no âmbito do Conselho Consultivo do Rádio Digital não foram incorporadas a esse relatório. É claro que a Subcomissão tem total independência para produzir seus documentos, mas, uma vez que os próprios Deputados Manoel Junior e Sandro Alex são Conselheiros do Conselho Consultivo do Rádio Digital, causou-me certa estranheza que muitas dessas discussões que já foram apresentadas aqui à mesa hoje, pela ABERT, pela EBC e pelo próprio Ministério das Comunicações, não constem desse relatório.

Nós passamos por boas reuniões e isso é muito importante, retorno a dizer, essa conjunção de fatores e das entidades se conflitando, no bom sentido, defendendo suas especificidades. O Conselho Consultivo do Rádio Digital tem propiciado isso, e entendemos que para nós, das rádios públicas, ele se constituiu no principal fórum hoje de discussão, de legitimação e de representatividade de todos os setores da radiodifusão — radiodifusores, fabricantes, o Governo, o Congresso Nacional.



Eu lembro que, no dia 5 de dezembro, eu estava aqui, neste mesmo lugar, participando de outra audiência provocada por esta própria Subcomissão do Rádio Digital, em que o tema foi *Rádio AM e a Digitalização no Brasil*. Quero retomar um pouco do que falei naquele momento ao dizer que defendemos a digitalização das ondas médias e ondas curtas. É claro, as emissoras públicas ainda tem muitas rádios que operam nessas frequências e, para nós, é de fundamental importância que todas as frequências sejam digitalizadas.

Eu falava na ocasião, aqui mesmo numa audiência pública, que a adoção de um padrão digital tem que atender toda a necessidade da população brasileira, e que a migração da rádio AM para FM também deveria ter uma discussão não só em termos de preocupação com o modelo de negócio, e é totalmente válido e justo que os radiodifusores comerciais tenham essa preocupação; sim, eles têm que ter a sustentabilidade do negócio, mas, ao viabilizarmos essa migração, não podemos deixar de lado uma discussão do âmbito da prestação de serviços.

Se a maioria das rádios em Ondas Médias forem para a FM, como ficarão os nossos ouvintes que não têm acesso a frequências de rádio FM? Como ficarão os ouvintes que estão em alguns pontos do interior do País, que vão ficar sem sinal?

Portanto, não é só a adoção do padrão do rádio digital que tem que manter a mesma abrangência, como já foi mencionado aqui pelo Octavio e pelo Eduardo, mas a migração do AM para o FM também tem que levar em consideração a manutenção dessa mesma cobertura de sinal. Nós não podemos admitir que cidadãos brasileiros porventura venham a ficar sem algum tipo de acesso aos serviços de radiodifusão, sejam eles públicos ou comerciais.

Sendo assim, não quero me alongar demais, mas eu gostaria muito de, como representante das emissoras públicas, que esse relatório, como já foi solicitado aqui também na Mesa anterior, pudesse incorporar discussões que já vêm sendo feitas ao longo dessa reedição, digamos assim, do Conselho Consultivo do Rádio Digital, que foi instaurado em agosto do ano passado, se não me engano, e que já houve várias reuniões, várias discussões importantíssimas, nas quais, infelizmente, não contamos com a presença dos Conselheiros que fazem parte da Subcomissão, que acho que poderiam ajudar no debate — esta Subcomissão fez viagens e foi



conhecer os padrões nos países de origem — e poderiam, também, no âmbito do Conselho Consultivo do Rádio Digital, trazer a sua contribuição.

Eu acho que o Congresso Nacional é um ente importantíssimo nessa discussão por se tratar da casa do povo. O povo está aqui representado. A gente também sentiu a falta dessa representatividade dentro do Conselho do Rádio Digital.

Estou enfatizando esta questão, Deputado Sandro Alex, porque acho que o relatório poderia trazer mais subsídios técnicos, discussões de modelos de negócios. Como já foi colocado aqui pela Monique, só a definição do padrão não é o mais importante. A gente tem que pensar que a definição do padrão é uma consequência de vários outros fatores, reforço aqui, em termos de prestação de serviços e também de modelos de negócio.

Estamos falando aqui em rádios comerciais, rádios públicas e rádios comunitárias. O relatório não analisa, por exemplo, todas essas questões. Eu acho que é importante a gente ter clareza de qual é o modelo de negócio, de como a indústria brasileira poderá ser fortalecida. Nós temos representantes, dentro do Conselho, dos fabricantes de equipamentos de radiodifusão.

A ARPUB se coloca em uma posição de querer colaborar para que esse relatório se transforme em um documento importante. Colocamo-nos à disposição. Nós temos especificidades das emissoras do campo público, porque a gente não se enxerga, digamos assim, dentro desse documento que foi apresentado.

Gostaria muito que a gente tivesse condições, Deputado, de trazer um pouco da nossa contribuição a respeito das emissoras públicas que, como já foi colocado, operam em todas as frequências, em todas as regiões do País, maiores e menores, universitárias, educativas, rádios históricas como a *Rádio MEC AM*, que foi a primeira emissora do País e acabou de fazer 90 anos, que tem as suas especificidades quanto a essa questão do rádio digital e trata-se de uma rádio que opera em ondas médias.

Fico por aqui e trago, como contribuição, essas reflexões. Volto a afirmar que é importante que a Subcomissão tenha o seu documento, mas, se há várias ações sendo feitas, vários fóruns discutindo, seria muito importante que as contribuições de todos esses fóruns fossem em um caminho convergente. Se cada instância for



produzir os seus documentos e as suas reflexões, acho que o processo vai ficar mais demorado ainda.

Nós não temos pressa para a adoção de um padrão, mas temos pressa para a definição de procedimentos e de processos. A Câmara Temática de Análise dos Testes, do Ministério das Comunicações, fez um excelente trabalho. Ao longo do ano passado, nas reuniões do Conselho, foi extremamente cuidadosa ao mostrar pontos específicos e o porquê da necessidade da realização de novos testes.

A partir do momento em que o relatório opta por um determinado sistema, não estão sendo levadas em consideração as especificidades de outros sistemas e de emissoras que dependem de diferentes tipos de serviços.

Então, eu acho que a gente tem que trazer tudo isso, todas essas contribuições, para tentarmos fazer um movimento convergente, de união de esforços, independente de interesses diferentes. Cada um tem seus próprios interesses, as suas próprias metodologias e visões sobre o que é esse serviço de radiodifusão, mas eu faço aqui um apelo para que todas as entidades... O Conselho Consultivo do Rádio Digital tem conseguido fazer isto: juntas os atores para uma discussão transparente e que está dando resultados. Eu acho que a Câmara dos Deputados, a Subcomissão do Rádio Digital, também poderia se beneficiar muito dessas discussões que estão sendo feitas no âmbito do Conselho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado.

Concedo a palavra à Sra. Taís Ladeira. O tempo de exposição é de 10 minutos.

A SRA. TAÍS LADEIRA - Obrigada, Deputado.

Bom dia a todas e a todos. Nós também queremos, em nome da AMARC, agradecer o convite.

A AMARC é a Associação Mundial de Rádios Comunitárias e tem representação no Brasil há 15 anos. É uma entidade que existe há 30 anos e está representada em mais de 110 países no mundo todo.

Aqui no Brasil, nós estamos falando em um número colossal de rádios de baixa potência, mais de 4.500 emissoras. Portanto, é um número grandioso, que inclusive deixa a América Latina e o mundo bastante impressionados com a



quantidade de emissoras de baixa potência, que representam uma verdadeira represa de desejos da sociedade civil organizada não empresarial e não governamental de exercer o direito à comunicação.

Portanto, nós estamos falando aqui de uma grande parcela da sociedade brasileira que vê no serviço de radiodifusão comunitária a sua forma de expressão, a sua forma de protagonizar a comunicação no Brasil. Por isso, esse setor precisa ser visto com muita atenção por parte dos Governos, do Executivo, do Legislativo e do Judiciário — uma atenção especial.

Nós da radiodifusão comunitária enxergamos o processo de digitalização do rádio brasileiro como política pública e não como escolha de um padrão ou simplesmente de avanço tecnológico — melhoria do sinal, melhoria da cobertura. Mas é uma política pública, e uma política pública bastante complexa. Um dos pontos mais caros para a AMARC e para a radiodifusão comunitária é o potencial de democratização que a digitalização possibilita.

A gestão do espectro, para nós, é um ponto muito importante e deve ser considerado, é a possibilidade de se ter uma política pública que adote recursos públicos para viabilizar a multiprogramação, a convergência, para incentivar a indústria nacional na fabricação de receptores que possam receber mais de uma frequência; todos os dados e recursos previstos no âmbito da digitalização do rádio brasileiro.

Por isso, para nós, a escolha do padrão vai muito além da questão tecnológica. E nós, coerentemente, temos conversado exatamente sobre isso no Conselho Consultivo do Rádio Digital.

Para a AMARC, foi um grande passo, apesar de algumas ausências já explicitadas por nós, como, por exemplo, a da academia e de outros setores, no Conselho. Apesar disso, para nós, um grande passo foi dado pelo Governo Federal com a criação de um espaço de diálogo bastante diverso, que tem nas três câmaras criadas no Conselho — Câmara Temática de Análise dos Testes, Câmara Temática de Inovação Tecnológica e Câmara Temática sobre Política Industrial — a possibilidade de fazer debates mais direcionados, mais focados, mais aprofundados.

Nós da AMARC também reiteramos a importância do Conselho Consultivo do Rádio Digital e nos fazemos presentes em absolutamente todas as reuniões. Temos



uma representação, Arthur William, que não pôde estar aqui hoje. Eu sou sua suplente. Para nós, é preciso que a Subcomissão considere o acúmulo desse Conselho e dessas Câmaras.

Existe a oportunidade muito rica para nós radialistas, jornalistas e comunicadores comunitários de nos relacionarmos nesses espaços com engenheiros como o Dr. Flávio, a Dra. Elza e Monique, que fez sua apresentação aqui e demonstrou seu conhecimento sobre essa parte de engenharia. Nesses espaços, a gente também vai muito além: há a preocupação com o papel social do rádio no Brasil; há a preocupação já explicitada por parte do Ministério de que não é possível desconsiderar as rádios AM e as rádios em ondas curtas.

Pode parecer contraditório, mas as rádios comunitárias atuam em serviço de baixa potência em FM. Em outros países onde trabalhamos, como, por exemplo, a Argentina, as rádios comunitárias não ficam restritas à frequência de FM. Há rádios históricas como a *FM La Tribu*, que atua em AM e cobre toda a cidade de Buenos Aires. Nós temos inúmeros exemplos.

Então, o rádio é um espaço de atuação política, de atuação e organização social. é, como diria Eugênio Bucci, a comunicação garantindo outros direitos sociais e outros direitos dos cidadãos. E é isso que o rádio brasileiro faz diariamente. E as rádios comunitárias têm um papel fundamental nesse sentido. Por isso, nós gostaríamos de — já que o tema desta audiência pública é o relatório da Subcomissão — solicitar que as considerem. O relatório faz apenas uma citação sobre algumas questões relevantes para a digitalização em todas as frequências. Nós gostaríamos que as rádios comunitárias, pelo papel que desempenham na sociedade brasileira, fossem consideradas com mais relevância. Esse é um ponto importante.

Na audiência que foi realizada há cerca de 1 ano, a radiodifusão comunitária não foi convidada, não esteve presente. Por isso, nós agradecemos o convite que nos foi feito. De alguma maneira, a ARPUB, como somos todos do campo público, citou, explicitou e lamentou a ausência do setor de radiodifusão comunitária. Eu considero, a AMARC considera importante retomar um posicionamento, escutar esse setor, o que pensam a ABRAÇO — Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, a AMARC, os radiodifusores comunitários, principalmente porque, para



nós radiodifusores comunitários, para as rádios públicas e para os pequenos radiodifusores comerciais, o incentivo com política pública que garanta outras questões que não apenas a migração tecnológica é muito importante para nós.

Nesse sentido, a AMARC vê com preocupação a indicação de um dos modelos tecnológicos, de um dos padrões como sendo um padrão possível para o Brasil, principalmente porque, para o setor da radiodifusão comunitária, o padrão citado no relatório apresenta muitas deficiências — e isso não é segredo. Quem esteve nas reuniões do Conselho Consultivo do Rádio Digital sabe qual é o posicionamento da AMARC, porque nós vemos com preocupação a indicação do HD Radio como o padrão a ser escolhido para o Brasil.

Reitero o que disse Sartorello a respeito da importância da participação desta Casa nas reuniões do Conselho Consultivo do Rádio Digital. Acreditamos que um dos grandes feitos desse Conselho é exatamente conseguir reunir os empresários, a indústria, os radiodifusores comunitários, as rádios públicas, a academia, como ouvinte, e também o Legislativo, que tem muita importância, porque tem um marco legal que vai garantir a efetivação do rádio digital no Brasil, algo que não é apenas de responsabilidade do Executivo. Se fosse, esta Casa não teria criado uma Subcomissão sobre rádio digital. Portanto, seria interessante que ela se fizesse presente mais vezes às reuniões do Conselho Consultivo do Rádio Digital.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado, Sra. Taís Ladeira.

Agora, Sr. André Felipe Seixas Trindade, o nosso último palestrante.

O SR. ANDRÉ FELIPE SEIXAS TRINDADE - Muito obrigado, Sr. Deputado.

Primeiramente, gostaria de, em nome da Associação Brasileira de Rádio e Televisão — ABRATEL, agradecer a oportunidade de estarmos aqui expondo nosso ponto de vista neste dia tão importante para o setor de radiodifusão. Agora de manhã, estamos discutindo o futuro do rádio; à tarde, vamos discutir o futuro da televisão — e ambos correm bastante risco.

O rádio, se a digitalização for feita de maneira errada, pode acarretar no sumiço de dezenas, centenas de emissoras de rádios AM e FM, especialmente as comunitárias, que talvez não tenham o capital necessário para a digitalização.



À tarde, com relação ao futuro da televisão, discutiremos a interferência que o LTE pode trazer para a televisão digital brasileira, o que não é novidade, pois no mundo inteiro tem ocorrido essa interferência, que é preocupante, e também poderá acarretar a perda de audiência e o enfraquecimento da radiodifusão como um todo. Então, este dia é muito importante para nós radiodifusores aqui na CCT.

(Segue-se exibição de imagens.)

Primeiramente, volto ao histórico da criação da Subcomissão Especial de Rádio Digital, no dia 5 de julho de 2011, com três objetivos bem definidos. A partir deles, podemos ver que esta Subcomissão tem que ter uma visão um pouco maior da capacidade que o Brasil tem de influenciar os demais países da América Latina na adoção de um modelo de rádio digital, assim como nós tivemos sucesso na implantação da TV digital brasileira, quando pegamos um modelo que estava destinado a ficar isolado numa ilha, aprimoramos e conseguimos difundir pelo restante do mundo. O Brasil pode fazer o mesmo com o rádio digital.

Por isso, é necessário conhecermos bem os obstáculos de ordem técnica, de modo a que as soluções que apresentaremos para um país de dimensões continentais, com a diversidade de relevo e de condições de propagação grande como nós temos, possamos também apresentar para os demais países da América Latina.

Na Portaria nº 290, de 2010, do Ministério das Comunicações, foram elencados vários itens. Os que preocupam bastante o radiodifusor são os incisos II, propiciar a expansão do setor; III, possibilitar o desenvolvimento de novos modelos de negócio adequados à realidade do País; VII, proporcionar a utilização eficiente do espectro de radiofrequências; e X, possibilitar a cobertura do sinal digital em áreas igual ou maior do que as atuais, com menor potência de transmissão, todos do art. 3º.

Como muito bem explicado por Octavio Pieranti, infelizmente, os testes que nós realizamos até o momento não tiveram área de cobertura adequada, e isso colocou o radiodifusor numa situação bastante delicada, que, inicialmente, estava apoiando a digitalização. Mas, com os resultados dos testes obtidos nós não podemos apoiar a digitalização. Então, por isso, os radiodifusores se preocuparam e têm se interessado por novos testes, trabalhando principalmente com o uso eficiente



do espectro, porque um dos padrões não teria a solução adequada para uma cidade de espectro congestionado como o de São Paulo. Não seria possível digitalizar todas as emissoras de rádio FM na cidade de São Paulo.

Então, preocupada com isso, a ABRATEL, mandou ofício ao Ministério das Comunicações pedindo que os novos testes sejam feitos considerando apenas uma banda lateral, de modo que possamos minimizar os efeitos do espectro congestionado.

Outro item que nós percebemos que não ocorreu no teste passado, com relação a outro padrão, foi a comutação do digital para o analógico quando houver perda da cobertura do sinal digital. Qual é a importância disso? Se você estiver no seu veículo ou morar numa área que não tenha sinal digital — principalmente, no caso do seu veículo — e perder o sinal digital, é importante que o seu receptor comute para o sinal analógico automaticamente de maneira transparente para o usuário, com a menor perda possível, de modo a que o usuário continue a ficar naquela emissora. Se isso não ocorrer, qual será a reação natural do ouvinte? Mudar de rádio, e há perda de audiência muito importante, que pode significar para aquela emissora não ter audiência naquela localidade no sinal digital, sendo que tem no sinal analógico.

Outra preocupação bastante importante para nós é que a cobertura digital seja muito próxima da analógica. Nós sabemos que é possível a digitalização para haver cobertura muito próxima, igual ou até superior, mas, infelizmente, nós não utilizamos os parâmetros mais adequados nos testes anteriores. Agora, nós fizemos um trabalho bastante árduo, coordenado pelo Prof. Flávio, que soube conduzi-lo muito bem, para que ajustássemos os parâmetros, a fim de que o resultado dos próximos testes tenha uma cobertura muito próxima da cobertura do sinal analógico.

Outro item importante também seria as políticas públicas auxiliarem na massificação do rádio digital, de modo a que a digitalização traga benefícios e agregue novos ouvintes. Massificar não significa apenas aumentar a produção industrial, produzir receptores; significará também um esforço por parte do Governo, de modo a que faça a desoneração tributária necessária. Hoje, cerca de 90% dos domicílios têm receptores. Nós precisamos vencer o desafio de chegar a números



parecidos num curto espaço de tempo. Se for necessário desonerar, eu peço ao Governo que pense bastante nessa possibilidade.

Política de divulgação por parte do Governo — infelizmente, nós não vemos na televisão digital. Nós vimos que, no Governo anterior, houve bastante preocupação com a televisão digital, mas, neste, infelizmente, não houve preocupação semelhante em massificar. Muitos telespectadores da cidade de São Paulo, com nível superior, não sabem que em suas casas podem captar sinal digital de TV. Nós podemos ter o mesmo problema com o rádio digital. Esse problema no rádio digital pode até se agravar, pois o radiodifusor sonoro não tem o capital necessário para ficar investindo, investindo, e a população não ouvir.

Então, se a digitalização ocorrer de maneira errada e significar a perda de ouvintes, nós teremos muitas emissoras quebradas nesse curto espaço de tempo. A digitalização apenas poderá significar a morte de dezenas, centenas de rádios num espaço de tempo menor do que está ocorrendo, principalmente, com as dificuldades que as emissoras de rádio AM têm tido atualmente devido aos problemas de urbanização, poluição do espectro, outros tipos de interferências e tudo o mais.

É muito importante também para o radiodifusor a criação de um modelo de negócios. Acontece que faz parte desse modelo de negócios o radiodifusor criar a identificação de como essa emissora vai querer ser conhecida pela população. Mas, é necessário que o Governo também atue na criação de um modelo de negócios, porque eu posso criar um modelo de negócios com a multiprogramação. Mas, se o Governo me proibir multiprogramar, infelizmente, eu vou ter que partir para um plano B, um plano C. Eu posso ter um modelo de negócios bem calcado na utilização de dados, mas, se o Governo me proibir a utilização de dados, eu posso ter que correr para um plano C. Então, é necessário que o Governo mostre uma política bem delineada de como será feita essa digitalização, de modo que o radiodifusor possa ter a segurança para criar um modelo de negócios adequado.

Uma das coisas que o relatório falou foi da migração da rádio AM para FM nas localidades em que ocorrer disponibilidade do espectro para migração para FM e, quando não ocorrer, para a faixa FM estendida. O radiodifusor AM vai ter um custo muito grande com essa migração, não vai poder aproveitar basicamente nada da sua estrutura AM, vai ter que procurar locais mais altos, novas torres e tudo mais.



O radiodifusor que optar por essa migração vai ter um custo muito elevado, possivelmente até de pagamento de outorga, que ainda não foi definido como vai ser.

Então, a preocupação desse radiodifusor é, primeiro, fazer essa migração para, depois, digitalizar. O custo para o radiodifusor deve ser pensado, porque muitos radiodifusores estão pensando: *“O que eu vou fazer primeiro? Digitalizar ou migrar? Infelizmente, eu não tenho receita para fazer isso de imediato, eu vou ter que escolher um dos dois. Se eu digitalizar no AM, e se os meus transmissores forem velhos, eu vou ter que comprar novos transmissores, mas eu também quero migrar para a faixa FM. Eu vou ter que comprar novo transmissor FM e novo transmissor AM?”* Então, essa parte deve ser bem delineada, e, de certo modo, deve ter uma linha de crédito para o radiodifusor interessado em digitalizar e uma linha de crédito para o radiodifusor interessado em migrar do AM para a faixa FM estendida.

Como Octavio deixou bem claro, não é possível dizer qual padrão, A ou B, é o melhor nesses testes passados por causa da diferença de tempo, da diferença de antena que foi utilizada, da área de cobertura, porque não foi utilizada potência equivalente do padrão HD Rádio, equivalente a DRM, de modo a que eu possa ter uma comparação mais adequada. Então, eu posso comparar com o sinal analógico. Infelizmente, a comparação que faço com o sinal analógico é que o radiodifusor não ficou nada satisfeito com os resultados até o momento.

E, com relação à solução para as diversas faixas de frequência, numa conversa que eu tive esta semana com a Tell HD, eles afirmaram que estão providenciando uma solução para ondas curtas. O DRM já tem essa solução, que já está sendo testada pela EBC. Então, existe a possibilidade de termos a escolha de um padrão que solucione ondas curtas, ondas médias e faixa FM.

Nós podemos estar demorando demais para fazer a escolha do padrão, mas essa demora está sendo adequada, de modo a que possamos fazer uma escolha técnica economicamente viável que possa digitalizar as três faixas e que, com essa adoção, possamos também influenciar o restante da América Latina.

A última transparência mostra que os resultados não me dão segurança até o momento de apoiar nenhum dos dois padrões — eu preciso de testes mais fidedignos — e que os principais formatos de digitalização, tanto nos Estados Unidos



quanto na Europa, não foram capazes de conquistar a audiência. Então, possivelmente, eu, como radiodifusor, vou ter que elaborar um método brasileiro mesmo de como cativar o ouvinte, como fazer com que ele volte a escutar rádio, tanto AM quanto FM.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Obrigado, André, Taís e Mário.

Nós encerramos aqui, então, a segunda Mesa, o debate dos nossos convidados.

Eu passo a palavra à proponente da audiência pública, Deputada Luiza Erundina, e, em seguida, ao nosso Presidente da Subcomissão.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu quero saudar os expositores, agradecer a excelente contribuição que trouxeram, tanto na primeira quanto na segunda Mesa, e dizer que me surpreende positivamente o resultado desta audiência, ouvindo estas pessoas representando organizações legítimas, representativas e bastante comprometidas com as decisões sobre este tema.

Dá para perceber entre as audiências que tivemos sobre a questão — mais amplamente ou mais focada num aspecto, como foi no caso da audiência que discutiu a digitalização e o sistema M — um salto de qualidade importante da compreensão da questão, a diversidade de aspectos que ela envolve, para muito além da questão tecnológica, de decisão sobre padrão.

Há outro componente que está evidentemente presente nessas contribuições que a senhora e os senhores vieram dar que é a questão política mais geral: para que a digitalização? É evidente que essa resposta tem que se orientar no sentido do interesse geral do País, do interesse público de fato, que supõe uma política de comunicação que reforce, fortaleça, consolide a democracia no Brasil.

Estamos a comemorar os 25 anos da Constituição Federal, e, até hoje, o Capítulo V, Da Comunicação Social, ainda não foi regulamentado, o que é uma lástima, um déficit democrático, considerando uma Constituição que avançou, e avançou graças à presença da cidadania, quando da construção desta Carta Magna, desta Carta Maior.



Então, Presidente, Relator, Deputado Sandro Alex, eu acho que foi acertada nossa decisão de realizar mais esta audiência, que traz contribuições muito importantes e pode enriquecer muito a contribuição da Subcomissão e, por consequência, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática neste empenho, neste esforço, nesta busca responsável para que se chegue a uma decisão que contemple e expresse de fato este longo debate que se faz. Eu acho que, por mais premente que seja essa decisão, não se pode tomá-la de forma precipitada, pelas implicações todas que traz em si mesma.

É muito diferente a situação que estamos vivendo em relação à digitalização de rádio em relação à digitalização de televisão como se deu na época, sem quase nenhuma discussão, e uma decisão unilateral do Poder Executivo. O próprio Legislativo não teve oportunidade de se pronunciar, muito menos através de um trabalho. Já tem 2 anos a Subcomissão, que tem levado muito a sério este esforço, este trabalho.

Os membros, Presidente e Relator, tiveram inclusive a oportunidade de viajar para conhecer na origem pelo menos dois padrões que estão aí no mercado. Isso nos sinaliza um resultado bastante promissor e positivo, que vem se acumulando ao longo desses anos e deste esforço coletivamente realizado, seja por parte do Governo, seja por parte da Câmara dos Deputados, através desta Subcomissão, sobretudo dos empresários que também integram o Conselho Consultivo, espaço, a meu ver, mais legítimo e aberto a que todas as contribuições se deem.

Eu entendo, Sr. Presidente, que, no estágio em que nós estamos, talvez não convenha. É evidente que tem a questão regimental sobre prazos, mas não seria o caso de a gente solicitar a prorrogação da vigência da Subcomissão para que pudesse incorporar o que já se acumulou, pelo que ficou expresso aqui nas duas Mesas e pelo próprio Conselho Consultivo. Se houvesse uma ligação mais próxima, mais permanente e mais efetiva da nossa Subcomissão com o Conselho Consultivo, poder-se-ia, evidentemente, incorporar e aproveitar toda a riqueza do trabalho do Relator, do Presidente da Subcomissão e dos outros membros, e que não tivéssemos que submeter ao plenário da Comissão de Ciência e Tecnologia, esta Comissão, o produto do trabalho da Subcomissão sem antes se ter a segurança de que o relatório expressaria toda esta riqueza de debate que se tem feito ao longo



desses anos todos, não só no âmbito da Subcomissão, sobretudo no âmbito do Conselho Consultivo.

Então, Sr. Presidente, eu me dou por muito satisfeita, mas ainda, nesse sentido, responsável pelo que ainda falta de certeza e de conhecimento para que a decisão seja a mais qualificada do ponto de vista do interesse do País, numa decisão tão importante, como foi relatada, levantada aqui, a importância desse veículo de comunicação de massa no País, com a diversidade cultural que tem, com a diversidade social que tem, com as implicações econômicas, tecnológicas, industriais.

São aspectos de tanta importância, com caráter estratégico tão grave, tão sério, que acho que esta audiência, para mim, foi dizer: *“Olha, não podemos precipitar a nossa contribuição, porque se não ela fica aquém daquilo que esta Casa tem possibilidade de dar através desta Subcomissão, evidentemente articulando-se e dialogando com todas as contribuições que, ao longo desses anos todos, têm sido tomadas”*.

Eram estas as observações. Não tenho questionamentos a fazer, só agradecer a rica contribuição que estas duas Mesas trouxeram a nossa Subcomissão para que tenhamos uma melhor possibilidade de apresentar um relatório à altura daquilo que tem sido o esforço inclusive da Subcomissão, sobretudo do Relator e do seu Presidente, no momento em que o País se prepara para decisão tão importante para a comunicação como direito humano fundamental e como condição para o desenvolvimento do País e para o fortalecimento da democracia brasileira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado, Deputada Luiza Erundina.

Concedo a palavra ao Presidente da Subcomissão, Deputado Manoel Junior.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Sr. Presidente, Deputado Sandro Alex, Relator desta Subcomissão, inicialmente, quero dizer a todos que aqui estão que é muito difícil nesta Casa uma Subcomissão prosperar. Esta prosperou, teve um objetivo que está chegando ao final de uma caminhada que não se encerra no relatório apenas. Mas esta Comissão teve por finalidade absorver informações,



dialogar com os diversos setores no Brasil e conhecer aquilo que estava sendo planejado para a radiodifusão digital no País.

Ninguém melhor do que o Deputado Sandro Alex para encarnar esta concepção ou ideia, principalmente aquilo que objetivou a criação da Subcomissão, até porque não é como o Deputado Manoel Júnior, um cara que não conhece o ramo. Ele é radiodifusor, apresentador de programa, conhece muito bem, e tecnicamente o setor interage plenamente com as diversas categorias nessa área.

Fizemos incursões aos Estados Unidos para conhecer o sistema HD e também à Europa para conhecer o sistema DRM, os dois que se apresentaram como aqueles tinham interesse no mercado brasileiro. Não vamos aqui tampar o sol com a peneira. Lá fomos, fizemos uma verdadeira peregrinação, tanto aos Estados Unidos quanto à Europa, por diversos setores, universidades, segmentos organizados, rádios para conhecer os dois sistemas, obviamente, sob a tutela do Deputado Sandro Alex, mas também com a participação de outros Parlamentares que interagem com o esse segmento e o conhecem, a exemplo de Marçal, José Rocha, Cleber Verde, figuras muito mais credenciadas para emitir parecer do que eu.

Não obstante a participação, como titular, do Deputado Sandro Alex no Conselho, nós interagimos com os membros do Ministério das Comunicações por diversas vezes. Foram várias audiências que nós tivemos com o Ministro Paulo Bernardo e com os técnicos do Ministério; o Deputado Sandro Alex, muito mais ativo, com várias entidades e representantes da radiodifusão brasileira.

Então, eu queria fazer este parêntese para dizer que esta Subcomissão, diferentemente de muitas de que participamos, não foi, Sras. e Srs. Deputados, inerte. Lembro-me muito bem — já tenho 49 anos — da época em que um segmento politizado no Brasil não usava calça jeans porque vinha dos Estados Unidos, e assim por diante. Acho que passou esse tempo.

O relatório do Deputado Sandro Alex teve o viés importante de dizer que o Brasil não pode ficar parado, discutindo por mais 10 anos um sistema que efetivamente queremos democratizar, para que sirva de instrumento de difusão da informação, de interação social.



Lembro-me muito bem, numa das viagens que fiz com o Deputado Sandro Alex, em determinada reunião, acho que em Washington, na ABERT de lá, cujo nome é National Association of Broadcasters, de que S.Exa. disse: *“Nada mais popular do que o smartphone”*. O meu celular ainda é pé-duro, tenho um iPhone, que uso pouco. Mas nada mais popular do que um celular para interagirmos. E vocês ainda não evoluíram na radiodifusão digital para que ela estivesse aqui inclusa. E 6 a 8 meses depois, já havia sido desenvolvido um *chip* para inserir a radiodifusão digital no *smartphone* ou no iPhone, enfim.

O que quero dizer, Deputado Sandro Alex, é que o trabalho foi de extrema observação de V.Exa., que é categorizado nisso. E esta audiência pública vem se somar a sua observação, para que o Relatório possa sair condizente ao papel que o Congresso Nacional tem nesta história. A Câmara e o Senado têm o papel importante de estabelecer isso, até porque a legislação é aqui feita. O Executivo vai executar, operar, normatizar, mas a legislação, sem dúvida alguma, aqui é que será formulada e nós estamos contribuindo para isso.

Eu vi com muita atenção o trabalho que o Deputado Sandro Alex fez. Nós vimos as deficiências e as virtudes de cada sistema: nos Estados Unidos, vimos as virtudes do HD, vimos as deficiências na área de AM, por exemplo; na Europa, vimos que o DRM praticamente é inerte na área de FM. E fomos à uma universidade lá. Mas eu acho que tudo isso é importante para que a gente aqui no Brasil tenha a nossa tecnologia desenvolvida. E que nós não tenhamos que passar mais 10 anos, 20 anos, 30 anos esperando que a burocracia ou mesmo o debate exaustivo possam, justamente, impedir que avancemos nessa área.

Quero parabenizar V.Exa. e dizer que muito me honrou fazer parceria com V.Exa. nesta Subcomissão. Eu aprendi bastante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Obrigado, Presidente Manoel Junior.

Eu quero agradecer, inclusive, a presença dos Deputados que por aqui passaram, Deputada Erundina: as Deputadas Margarida Salomão e Iara Bernardi e os Deputados Colbert Martins, Amauri Teixeira, Marçal Filho, Izalci, José Rocha, Manoel Junior.

Pergunto se mais algum Deputado gostaria de fazer uso da palavra. *(Pausa.)*



Quero cumprimentar aqui aos apresentadores dos dois modelos — americano e europeu — que aqui se fazem presentes: o Sr. Marcelo Goedert, do DRM, e o Sr. Cassiano Rodrigues, da Tell HD. Inclusive, eu gostaria de, ao término desta nossa audiência, conversar sobre os dois sistemas.

Quero fazer algumas observações aos companheiros do Ministério das Comunicações, da ANATEL, das associações que aqui estiveram presentes.

Muito me orgulha fazer parte desta Subcomissão. A nossa Subcomissão iniciou os trabalhos praticamente junto com o mandato da Presidenta Dilma e o do Ministro Paulo Bernardo. E nós levantamos, desde que chegamos à Comissão de Ciência e Tecnologia, Deputada Erundina, a bandeira da discussão do rádio digital. Se hoje nós tivemos esse aprofundamento, conhecimento com pessoas que por aqui passaram, é porque defendemos isso desde que chegamos. E pudemos dar a nossa colaboração. O próprio Octavio, a Patrícia Ávila e o Genildo estiveram comigo por incursões na tentativa de dar ao Brasil um caminho para esse importante veículo de comunicação que integra o Brasil: o rádio.

Digo aos senhores e às senhoras que comecei esse trabalho não agora; eu comecei esse trabalho ainda nos anos 80, Sartorello, quando se iniciou um processo nas emissoras de rádio AM no Brasil para que elas tivessem tecnologia à altura das emissoras de frequência modulada. Naquele momento, Octavio, nós começamos a introduzir isso no Brasil. Eu fui o primeiro a fazê-lo, coloquei uma AM estéreo no Brasil, Deputada Iara, para que a emissora tivesse condições de sinal com as emissoras de FM. Eu ainda não era Deputado, mas já era, e sou, apaixonado por rádio. E, hoje, o mandato da população conferiu-me a oportunidade de dar não só aos radiodifusores, mas a milhões de brasileiros a garantia de ter mais 90 anos de rádio. Mesmo diante das tecnologias de banda larga, Internet, lá está o rádio. E eu hoje, quando saí de Ponta Grossa, no Paraná, às 4 e meia da manhã, quem me fez companhia até o aeroporto foi a rádio, Octavio. Não era a TV, não era o jornal, não era a Internet, era o rádio.

E eu vou acolher tudo o que eu ouvi, Deputada Erundina, e quero apresentar Cassiano, Marcelo, à Consultoria. Eu formulei um relatório preliminar, a Consultoria está me acompanhando; e vou entregar a esta Subcomissão um relatório completo



de tudo o que sei, tudo o que pesquisei, ao longo do meu mandato, nesta Subcomissão, a respeito de rádio digital.

Estou convicto, Octavio, de que o Brasil deve ao menos permitir que essa tecnologia esteja disponível para os brasileiros. Nós não podemos, ao passo em que se faz o *switch off* da TV analógica do Brasil, antecipando o calendário, deixar de introduzir, ainda, o rádio.

E aqui eu ouvi um debate: “*Será que nós temos que ter rádio digital?*” E eu respondo: com certeza nós temos que tê-la! O Brasil pode dar ao mundo um sistema evoluído. É que ele está em transformação, não está concluído. Se alguém falar que a tecnologia digital para rádio está concluída, devo dizer não. Eu tenho orgulho de dizer que esta Subcomissão pediu aos modelos a integração com a telefonia celular. E o Brasil já deu essa contribuição. Quando nós falamos que os receptores serão feitos de telefone celular, as próprias empresas foram atrás de uma solução. E isso eu disse, inclusive, ao Presidente da *CBS* americana, com 2.500 emissoras.

Não podemos nos esquecer das rádios públicas e comunitárias. Cabe ao Governo fazer política pública de garantia para que elas possam ter acesso a essa tecnologia; para que elas, de igual para igual, possam, com as emissoras privadas, levar a sua informação. Porque hoje quem está em desvantagem não são as públicas, são as AMs. As emissoras de Amplitude Modulada, neste País, André, estão a ponto de fechar. Isso vai desde uma rádio que tem 100 quilowatts — e no mundo são poucas, e não conseguem mais integrar o Brasil, diante das suas dificuldades e interferências —, até aquelas emissoras de menos de 1 quilowatt, ou seja, 1.000 watts.

Acredito que os testes ainda foram ineficientes. Quero fazer aqui, primeiro, um elogio ao Ministério das Comunicações, por estar ao nosso lado na discussão, formando um conselho. Mas os testes foram mal organizados, porque nós temos diferenças de potência entre os modelos — e talvez não seja problema do Ministério, e, sim, das empresas —, de antenas, de receptores, o que faz com que os testes sejam ineptos. Por quê? Quando se tem um modelo se apresentando com 500 watts e, outro, com 350 watts, só aí já tem um parâmetro diferente para se dizer qual é, realmente, a cobertura, que tem que ser, pelo menos, igual ou superior à analógica.



Vou fazer um relatório colocando o meu conhecimento, que fiz da ponta da antena de uma emissora de Nova Iorque, até a rádio laboratório de Hannover: o que os engenheiros me falaram; o que apreendi; o que ouvi; o que discordei; o que questionei — e questionei os dois modelos, à altura de dizer: *“Não estou aqui para, simplesmente, aceitar o que os senhores nos estão colocando, mas, sim, para defender o País na transferência de tecnologia, para que a nossa indústria tenha, realmente, como diz a portaria, a sua garantia”*. É claro que nenhum modelo será habilitado para o Brasil se não for cumprido rigorosamente o que está expresso na portaria.

O Legislativo vai levar ao Executivo uma sugestão. A negociação, a finalização, a execução cabe ao Ministério das Comunicações, com o aval da Agência de Telecomunicações, não cabe a mim. Não cabe a mim fazer a negociação de *royalties*, não cabe a mim fazer a execução disso, cabe, sim, ao Ministério; cabe a mim fazer a orientação para que isso se proceda perante o que diz a portaria.

Também sei que é política do Governo a migração das emissoras de AM para FM, e essa política é correta. Honestamente, não acredito que há uma tecnologia que possa suprir a necessidade das Mas, de forma plena. Mas eu respeito os modelos que se habilitam, e que defendem. E, portanto, eu coloquei no meu relatório que se existe algo que vocês acreditam, defendam, o Brasil não pode impedir. Pelo meu conhecimento de 30 anos, pela frequência tão baixa que existe, é muito difícil que haja uma tecnologia digital que possa, realmente, garantir que a AM vai ter a tecnologia para se equiparar à frequência de FM. Mas não vamos impedir, não podemos impedir.

Outra observação que faço: quando o Brasil estava a ponto de dar exclusividade a um modelo, eu fui aos países de origem dos sistemas, Octavio — e você me acompanhou —, e nenhum dos dois, Monique, dá exclusividade ao seu próprio sistema. Nos Estados Unidos, o sistema é HD, mas se houver um modelo outro que possa ser uma novidade, que possa ter uma evolução, nada impede que ligue aquele sistema para oferecer ao ouvinte.

E, na Alemanha, o modelo DRM, que está habilitado, compete com o sistema DAB, que está em operação, lá. Não há exclusividade. Eu fui questionado se isso



não seria ir ao contrário do que diz a portaria, e eu disse que não. Se o próprio país de origem não dá exclusividade, por que o Brasil vai fazê-lo? É o posicionamento meu, como Relator. Eu vou ouvir aqui o posicionamento dos senhores e das senhoras para fazer o meu relatório final, mas é o meu posicionamento neste momento. Nós não podemos deixar exclusivo um modelo. Mas eu sou todo ouvidos.

Eu também acredito que o Brasil possa oferecer alguma solução. *“Deputado, e se daqui a alguns anos o nosso País tiver uma solução melhor do que HD, melhor do que a DRM, oriunda das nossas universidades, dos nossos técnicos e engenheiros, como a Monique e tantos outros? Aí nós vamos estar atrelados a um contrato exclusivo e dizer “não” a um brasileiro que queria colaborar com o seu País, com um modelo que evoluiu deles?”* Temos muito a discutir.

Eu fico honrado de receber os senhores e as senhoras nesta Mesa. Quero dizer ao Conselho que todos os seus relatórios estão não só no meu gabinete, mas também na minha casa, porque eu fiz cópias para ler; além de resultados dos testes. Eu fiz questão de avaliar cada um deles, mas junto com os engenheiros — porque eu não sou engenheiro, sou advogado.

Ao entregar o relatório final, espero poder responder a todos os questionamentos aqui levantados.

Quero agradecer à Deputada Erundina e a todos os Parlamentares que estiveram conosco nesta manhã.

A Subcomissão vai finalizar os seus trabalhos levando ao Ministro Paulo Bernardo um relatório estudado, detalhado e trabalhado com outros Parlamentares que me acompanharam nessas missões.

Espero que o Governo possa dar essa contribuição ao rádio brasileiro e a milhões de ouvintes. Quem sabe o Brasil será o responsável por essa evolução? Ele ainda é um processo em transformação.

Agradeço a todos. *(Palmas.)*